

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**PRESSUPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA NO  
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Sheila Andreia Ruwer**

**UFSM**

**Santa Maria, 14 de agosto, 2018.**

**PRESSUPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA NO  
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS**

**por**

**SHEILA ANDREIA RUWER**

**Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Física Escolar  
da Universidade Federal de Santa Maria (RS), como requisito Parcial para a  
obtenção do grau de ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**Santa Maria, RS – Brasil**

**2018**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de  
Especialização

**PRESSUPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA NO**  
**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS**

elaborada por

**Sheila Andreia Ruwer**

como requisito parcial para obtenção de grau de  
**Especialista em Educação Física**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**João Francisco Magno Ribas**

(Presidente/Orientador)

**Rosalvo Luís Sawitzki (UFSM)**

**Isabel Cristina Baggio (SEDUC-RS)**

Santa Maria, 14 de agosto de 2018.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1.1 Importância do Tema.....</b>	<b>6</b>
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>7</b>
1.2.1 Objetivo Geral.....	7
1.2.2 Objetivos Específicos.....	7
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>8</b>
<b>3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E O MARCO LEGAL,,,,,,.....</b>	<b>10</b>
<b>4 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA INDÍGENA.....</b>	<b>19</b>
<b>5 CONSTRUINDO UMA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS     ESCOLAS INDÍGENAS DE SANTA MARIA-RS.....</b>	<b>27</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>49</b>

## **RESUMO**

### **PRESSUPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS**

Autora: Sheila Andreia Ruwer

Orientador: João Francisco Magno Ribas

Visto que é um direito dos povos indígenas terem uma escola diferenciada, intercultural e bilíngue, é importante refletir e construir uma pedagogia apropriada para esta escola. Este estudo tem o objetivo de discutir elementos atinentes à legislação bem como aos aspectos teóricos e pedagógicos tendo em vista a apresentação de pressupostos para a educação física escolar indígena, no município de Santa Maria/RS. Com relação à metodologia, a pesquisa caracterizou-se pela análise bibliográfica e documental, bem como considerou a interação e experiência da pesquisadora nas escolas das aldeias indígenas de Santa Maria. A partir dos referenciais analisados, da observação e inserção nas práticas realizou-se uma síntese das possibilidades que o componente de Educação Física tem para oferecer no processo de revitalização da cultura indígena, dentro da escola. Considerando que o conhecimento para o indígena dá-se de modo holístico e interligado, é importante abordá-lo de modo interdisciplinar. É necessário conhecer a história e o significado dos jogos, das danças, das lutas, da corporeidade indígena. Outro aspecto a ser considerado é a prevalência do trabalho coletivo sobre o individual, explorando o contato com a natureza nas diferentes vivências. A cultura indígena revela que o brincar e o estar junto prevalece sobre a competitividade e este é um valor que a Educação Física deve fortalecer. No planejamento das aulas de educação física, é importante sempre resgatar os saberes tradicionais no que se refere à cultura corporal indígena e oportunizar os conhecimentos científicos sistematizados pela humanidade, de modo a oferecer uma pedagogia diferenciada, que respeite a diversidade e possibilite a interculturalidade na escola e na sociedade.

Palavras Chave: Educação Escolar Indígena – Educação Física- Interculturalidade.

## **ABSTRACT**

### **ASSUMPTIONS FOR INDIGENOUS SCHOOL PHYSICAL EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF SANTA MARIA-RS**

Considering that it is a right of Indians to have a differentiated, intercultural and bilingual school, it is important to reflect and construct an appropriate pedagogy for this kind of school. In this way, this study aims to discuss elements related to legislation, as well as theoretical and pedagogical aspects, with a view to elaborating a curricular proposal for indigenous school physical education in Elementary Education, in Santa Maria city, in Rio Grande do Sul State. Regarding to the methodology, the research was characterized by bibliographical and documentary analysis, as well as it was considered the researcher's interaction with Santa Maria indigenous' leaderships, aiming at the elaboration of a curricular program for the Physical Education discipline. From the analysed references, the observation and insertion in the practices we made a synthesis of the possibilities that the Physical Education component has to offer in the process of revitalization of the indigenous culture, within the school. Considering that the indigenous' knowledge is given in a holistic and interconnected way, it is important to approach it in an interdisciplinary way. Thus, it is necessary to know the history and meaning of the games, the dances, the struggles and the indigenous corporeity. Another aspect to be considered is the prevalence of collective work over the individual, exploring the contact with nature in different experiences. The indigenous culture reveals that playing and being together prevails over competitiveness and this is a value that the Physical Education should strengthen. In the curriculum proposal for Physical Education it is important to always rescue traditional knowledge regarding indigenous corporal culture and to offer scientific knowledge systematized by humanity, in order to offer a differentiated pedagogy that respects diversity and enables interculturality in school and in society.

**Keywords:** Indigenous School Education - Physical Education - Interculturality.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Importância do Tema

A Educação Escolar Indígena, a partir da Constituição Federal de 1988, vem se configurando em um espaço de revitalização da cultura indígena no Brasil. A Educação Física, enquanto área do conhecimento que trata da cultura corporal, deveria ter uma atenção especial, assim como as demais áreas do conhecimento, sobre qual o seu papel em uma escola que se propõe a revitalizar uma cultura específica, no caso, a cultura indígena. Ainda são poucas as produções acadêmicas nesta área. Assim, em uma busca pela literatura e através da experiência da pesquisadora e autora desta monografia, enquanto docente e gestora em escolas indígenas, constatou-se que ainda não se tem um currículo da disciplina de Educação Física organizado para as escolas indígenas, evidenciando-se a necessidade de elaborar uma proposta pedagógica diferenciada que possa servir de base aos professores. Esta proposta deveria ter como pressuposto básico o respeito pela identidade indígena, trazendo oportunidades para novas vivências corporais. O interesse por esta temática teve início no momento em que a pesquisadora se deparou com os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul – JERGS, na Fase Municipal, em Tenente Portela/RS, onde observou a dificuldade das escolas indígenas participarem dos mesmos, devido a fatores como falta de documento de identidade, defasagem idade-série, falta de acesso aos meios de transporte, entre outros.

Existe a necessidade de se ampliar as pesquisas nesta temática, especialmente nos Programas de Pós-Graduação em Educação Física, haja vista que poucos trabalhos encontrados dialogam com a especificidade da Educação Física.

A cultura indígena vem tentando se fortalecer, perpassando pelos caminhos do conhecimento científico com o objetivo de deixar registrado, o que era antes conhecido somente pela tradição oral.

Buscando respostas na literatura da área, verificou-se que autores como Rocha Ferreira (2005) e Ribas (2013) também buscaram registrar os achados relativos à esta temática.

É importante realizar uma busca dos conhecimentos guardados pelos próprios povos indígenas, os quais podem contribuir para a elaboração de pressupostos para a Educação Física, considerando as especificidades de cada etnia, buscando e resgatando

os jogos tradicionais, as lutas e as danças para ampliar e preservar a cultura perpassada por gerações.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Elaborar pressupostos para uma proposta curricular norteadora para a Educação Física escolar indígena no ensino fundamental, no município de Santa Maria/RS.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar e debater as principais tensões que vem sendo abordadas na legislação da educação física escolar indígena.

- Apresentar pressupostos para a Educação Física Escolar nas Escolas Indígenas de Santa Maria/RS.



## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter qualitativo, sendo, segundo Taylor e Bogdan (1986), apud Gonzaga (2015), a pesquisa que possui características indutiva, perspectiva e holística que visa compreender as pessoas dentro do marco contextual, e que necessita realizar um estreitamento (um olhar como se fosse a primeira vez) e por fim assegura um estreitamento entre os dados e o que o pesquisador faz. É principalmente válida em ocasiões em que vem em evidência a necessidade de compreensão de aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos, devido à complexidade que encerram (por exemplo, a compreensão de atitudes, motivações, expectativas e valores).

A metodologia deste trabalho caracteriza-se por um estudo bibliográfico, o qual segundo Lakatos e Marconi (2001) “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...]” (p.183). Esta pesquisa se propôs a conhecer os planos curriculares da disciplina de Educação Física, a partir do Projeto Político Pedagógico das escolas (PPP), identificando as atividades propostas para as aulas de Educação Física e também se utilizará da análise documental.

O levantamento de dados também dar-se-á por intermédio de observações e intervenções da pesquisadora e autora desta monografia, visando a apresentação de pressupostos para um programa curricular para a disciplina de Educação Física. No primeiro momento da pesquisa foi realizada uma aproximação e conhecimento da realidade das aldeias e escolas indígenas do município de Santa Maria/RS, contexto da pesquisa. Portanto, um relato histórico destas comunidades no município de Santa Maria foi realizado para ser considerado na proposta objetivada.

De modo complementar, a fim de ilustrar a pesquisa, foi feito um levantamento com registros fotográficos das atividades referentes às práticas corporais realizadas no cotidiano da escola indígena e em outras atividades curriculares realizadas. Estes registros foram feitos pelo fato da pesquisadora estar atuando em duas escolas indígenas do município de Santa Maria, na condição de professora de educação física e gestora escolar. Sendo assim, parte destes pressupostos pedagógicos foi constituído tendo por base a experiência da pesquisadora nestas escolas há quatro anos.

Considerando as discussões da literatura da área, legislação, base comum curricular e registros fotográficos corporais do cotidiano, elaboraram-se pressupostos para uma proposta norteadora para a educação física nas escolas indígenas.

### 3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E O MARCO LEGAL

Desde o século XVI a comunidade indígena vem sofrendo influência da educação. O início deste processo se deu quando os colonizadores começaram a catequizar os índios, depois tentaram civilizá-los forçadamente à sociedade nacional, indo do ensino catequético ao ensino bilíngue, querendo que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Os indígenas na época já eram considerados grupo em extinção, pois suas línguas e culturas eram diferenciadas. O tamanho reduzido da população indígena fez com que se tornasse difícil a implementação de uma política educacional por parte do estado brasileiro que respeitou o modo de vida e a cultura destes povos naquele momento. Só mais recentemente este quadro começou a mudar. Grupos organizados da sociedade civil passaram a trabalhar junto com as comunidades indígenas, buscando alternativas à submissão destas populações, como a garantia de seus territórios e formas menos violentas de relacionamento e convivência entre elas e outros segmentos da sociedade nacional.

Assim, a escola entre as comunidades indígenas ganhou, então, um novo significado e um novo sentido, como meio para assegurar o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar suas especificidades culturais e suas identidades étnicas valorizando suas línguas maternas e os saberes e conhecimentos tradicionais. Hoje, as diferentes sociedades indígenas estão conscientes de que a escola pode ser, dentro da dinâmica de reestruturação social e cultural, um instrumento de fortalecimento do que lhes é próprio.

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96 (LDB 9.394/96), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas. Neste sentido, a interculturalidade tem lugar quando duas ou mais culturas entram em interação de uma forma horizontal e sinérgica. Para tal, nenhum dos grupos deve se encontrar acima de qualquer outro, favorecendo assim a integração e a convivência das pessoas.

Este tipo de relações interculturais implica ter respeito pela diversidade; embora, por razões óbvias, o aparecimento de conflitos seja inevitável e imprevisível, podendo ser resolvido através do respeito e do diálogo.

Na LDB 9.394/96, a temática indígena é tratada no título VIII, *Das Disposições Gerais*, nos art. 78 e 79. Esta Lei, no art. 78, estabelece que o Sistema de Ensino da União desenvolva programas integrados de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural dos povos indígenas. No art. 79, estabelece as responsabilidades da União em apoiar técnica e financeiramente os Sistemas de Ensino no provimento de educação intercultural para as comunidades indígenas.

A diversidade cultural da sociedade brasileira envolve diversos modos de viver em diferentes espaços os quais vão sendo construídos culturalmente. Espaços sociais em que grupos de pessoas neles vivem e lhes dão significado, identificando-se e envolvendo-se afetivamente, como parte essencial desse existir.

A diversidade cultural da população é reconhecida nos documentos do MEC, assim como na própria LDB 9.394/96. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) (PCNs), Vol. 10, tratam especificamente da Pluralidade Cultural e a propõe como tema transversal do currículo para todo o sistema de ensino brasileiro, sugerindo que todos os professores, na sua prática pedagógica, tratem esta temática no cotidiano da escola brasileira.

O respeito à diversidade é uma das garantias previstas no Documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

“Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”. ((BRASIL, 2017, p. 11)

A BNCC (2017) também assegura, no caso da Educação Escolar Indígena, “ as competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares” (p. 17). A BNCC (2017) também destaca que numa perspectiva intercultural, a educação escolar indígena deve considerar

“seus projetos educativos, suas cosmologias, suas lógicas, seus valores e princípios pedagógicos próprios (em consonância com a Constituição Federal, com as Diretrizes Internacionais da OIT<sup>1</sup> – Convenção 169 e com documentos da ONU e Unesco sobre os direitos indígenas) e suas referências específicas, tais como: construir currículos interculturais, diferenciados e bilíngues, seus sistemas próprios de ensino e aprendizagem, tanto dos conteúdos universais quanto dos conhecimentos indígenas, bem como o ensino da língua indígena como primeira língua.” (p.17-18).

Embora lentas, as conquistas oficiais do movimento indígena no Brasil, tem sido asseguradas em leis. No caso da demarcação da terra, por exemplo, as legislações não têm garantido os direitos dos povos indígenas, embora seja a expressão concreta dos resultados deste movimento de luta. Em face ao que propõe a legislação, o desafio dos cursos de formação está no enfrentamento, de um lado, dessa complexa realidade e, de outro, na possibilidade de construção de projetos políticos emancipadores.

Desse modo, para assegurar a escola indígena diferenciada, isto é, com currículos específicos são necessários também projetos de formação de professores que reconheçam seus próprios processos de aprendizagem e, especialmente, os saberes de cada cultura para a educação indígena.

Neste sentido, o documento Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), 1998, p.13 se propõe a

“ [...] servir como um instrumento auxiliar nesta discussão e reflexão, já que ele se propõe a: a) explicitar os marcos comuns que distinguem escolas indígenas de escolas não indígenas; b) refletir as novas intenções educativas que devem orientar as políticas públicas educacionais para as escolas indígenas brasileiras; c) apresentar os princípios mínimos necessários, em cada área de estudo do currículo, para que se possam traduzir os objetivos que se quer alcançar em procedimentos de sala de aula”.

O RCNEI (1998) constitui-se em proposta formativa que pretende garantir os pontos comuns, encontrados em meio à desejada diversidade e multiplicidade das culturas indígenas, tal como estão garantidos nos princípios legais do direito à cidadania e à

---

<sup>1</sup> Organização Internacional do Trabalho – OIT. Convenção nº 169. Genebra, 7 de junho de 1989. Disponível em: <[http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236247/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm)>.

diferença, traduzidos numa proposta pedagógica de ensino-aprendizagem que promova uma educação intercultural e bilíngue, assegurando a interação e parceria. Seu objetivo maior é oferecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar que melhor atendam aos anseios e interesses das comunidades indígenas.

O documento está voltado prioritariamente aos professores indígenas e aos técnicos das secretarias estaduais de educação, responsáveis pela implementação e regularização de programas educativos junto às comunidades indígenas. Divide-se em duas partes. Na primeira, estão reunidos os fundamentos históricos, políticos, legais, antropológicos e pedagógicos que balizam a proposta de uma escola indígena intercultural, bilíngue e diferenciada. Na segunda parte, ajuda a construir o currículo nas escolas indígenas e apresenta, a partir das áreas de conhecimento, sugestões de trabalho para a construção dos currículos escolares indígenas específicos a cada realidade, através de temas transversais.

Isto é concretizado a partir de indicações de seis temas transversais (auto-sustentação; ética indígena; pluralidade cultural; direitos, lutas e movimentos; terra e preservação da bio-diversidade e educação preventiva para a saúde) e do trabalho com seis áreas de estudos (línguas, matemática, geografia, história, ciências, arte e educação física). A proposta desta parte do documento é uma integração entre conhecimentos universais selecionados e os etno-conhecimentos de cada povo indígena. O documento foi um subsídio para ampliar conhecimentos, ideias, para implementar novas políticas, e práticas pedagógicas para as "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena" de 1993.

Quando nos reportamos à Constituição Federal (1988), no Capítulo III - "Da Educação, da Cultura e do Desporto", Seção I – Da Educação Art. 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2.º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Seção II – Da Cultura Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. §1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Estes preceitos constitucionais garantem aos indígenas plenas condições de uma educação intercultural e bilíngue, com políticas públicas que invistam na formação de professores indígenas.

Através do contato que Ribas (2013) teve com a comunidade indígena do Guarita, constatou-se que já houve uma experiência bem sucedida de organização de jogos em comunidade indígena especificamente na reserva do Guarita com os 13 setores, envolvendo os municípios de Redentora e Tenente Portela, resgatando os jogos tradicionais indígenas e esportes populares, sendo naquele setor uma das maiores concentrações de indígenas no Rio Grande do Sul.

A Resolução N° 5 de 22/06/2012 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, nos diz:

“Art. 8º A Educação Infantil, etapa educativa e de cuidados, é um direito dos povos indígenas que deve ser garantido e realizado com o compromisso de qualidade sociocultural e de respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica.

§ 1º A Educação Infantil pode ser também uma opção de cada comunidade indígena que tem a prerrogativa de, ao avaliar suas funções e objetivos a partir de suas referências culturais, decidir sobre a implantação ou não da mesma, bem como sobre a idade de matrícula de suas crianças na escola.

Art. 9 § 2º O Ensino Fundamental deve promover o acesso aos códigos da leitura e da escrita, aos conhecimentos ligados às ciências humanas, da natureza, matemáticas, linguagens, bem como do desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas necessárias ao convívio sociocultural da pessoa indígena com sua comunidade de pertença e com outras sociedades.

Art. 10 O Ensino Médio, um dos meios de fortalecimento dos laços de pertencimento identitário dos estudantes com seus grupos sociais de origem, deve favorecer a continuidade sociocultural dos grupos comunitários em seus territórios.

Art. 11 A Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal que visa assegurar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, o desenvolvimento das suas potencialidades socioeducacionais em todas as etapas e modalidades da Educação Básica nas escolas indígenas, por meio da oferta de Atendimento Educacional Especializado”.

Através da minha experiência profissional, constato que atualmente, a escola para os indígenas é de suma importância, pois esta tem o papel de fortalecer a cultura e buscar o conhecimento de uma nova língua a qual, dependendo de como a aldeia está interligada a sociedade não indígena, pode ser considerada favorável ou não ao fortalecimento da cultura.

A escola tem um papel muito importante na vida do aluno indígena, sendo um suporte para um mundo de conhecimento formal, histórico, social com regras e diferente de seu mundo vivenciado na aldeia. Nas comunidades indígenas, a maioria dos conhecimentos é passada de pai para filho, seus costumes, crenças, rituais, conhecimentos dos antepassados é transmitido na maioria das vezes oralmente, onde se não for escrito ficará só na lembrança dos mais velhos. Deste modo, a escola tem o desafio de auxiliar a inserção do conhecimento no mundo da escrita, para registrar a história e a cultura da etnia e principalmente para que se possa acompanhar e também contribuir para o enriquecimento desta.

A visão de mundo para os povos indígenas, conforme define Terena, (2005), se expressa da seguinte forma:

“Nosso mundo é mais holístico, onde as coisas são muito mais interligadas, não é fácil você definir o que é seiva e o que é sangue, o que é sagrado e o que é profano. A universidade, o governo, o país, compõem uma estrutura onde as coisas são colocadas separadamente no seu lugar, cada um num espaço isolado, ali estão: a saúde, a educação, a religião, a pesquisa, a corrupção, cada um num espaço definido. O mundo indígena vê isso de modo completo, interligado, nessa forma holística de visualizar o mundo indígena, está profundamente enraizada a religião, que é de fato quem vai orientar as comunidades indígenas, sem esse referencial provavelmente já teríamos desaparecido” (p.43).

#### Apresentação das Escolas Indígenas Kaingang:

De acordo com o Regimento Coletivo das Escolas Estaduais Indígenas Kaingang construído a partir do Parecer 388/2002- Conselho Estadual de Educação (CEED), (Rio Grande do Sul, 2002), por suas características, as comunidades indígenas possuem, na forma natural de ser e estar no mundo, peculiaridades estreitamente ligadas às suas tradições. Neste sentido, a valorização do tempo com seus pares e neste, seja por meio do trabalho artesanal, das reuniões com membros de cada grupamento, ocorrem entre outros,



a valorização da cultura, o fortalecimento da unidade e das relações inter e intrapessoais, a afirmação dos valores e princípios que lhes são típicos.

Deste modo, as atividades sociais da aldeia estão muito presentes na Escola e nos ambientes de ensino e de aprendizagem. A valorização dos saberes, projetos e decisões exige a participação de todos da comunidade. Logo, as decisões são tomadas nas reuniões da comunidade, na realização de mutirões e de assembleias. O todo é respeitado e a mesma condução deve ser respeitada pela Escola, refletindo uma perspectiva metodológica de educação que entenda e aproveite a vida comunitária como instrumento pedagógico.

A Escola Indígena deve ser reconhecida como integrante de uma comunidade indígena com língua e cultura específica e, assim favorecendo a afirmação dos ideais indígenas onde podem recriar e efetivar formas de convivência e valores considerando as gerações passadas e futuras.

A Escola enquanto agente educacional promove a interação permanente entre Conselho Escolar, equipe do Sistema de Avaliação Participativo e Lideranças Comunitárias. Desta forma, concebe-se a Escola Indígena com uma postura aberta, democrática e atenta aos processos que se relacionam ao lugar e ao desenvolvimento sustentável, de maneira a valorizar os saberes locais e os novos conhecimentos. A escola é tratada pela comunidade indígena como ponto de referência para o estudo da língua e as relações sociais da cultura indígena, bem como está convicta do processo de inserção na sociedade com competências para realizar suas escolhas e seus sonhos.

A Escola Kaingang preconiza um projeto de sociedade na qual as decisões sejam coletivas e da maioria, e a economia seja de reciprocidade. Uma comunidade essencialmente comunitária e avessa às diferenças sociais. Esta Escola também deve possuir e promover um diálogo com a cultura não indígena, como conhecimentos formais em diversas áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Ciências Naturais, Matemática e Linguagens). O reconhecimento de seus modos próprios de vida, suas culturas, tradições e memórias coletivas são princípios fundamentais para a constituição da identidade das crianças.

A escola tem o dever de auxiliar no processo ensino aprendizagem, favorecendo a oralidade, escrita, matemática, conhecimentos históricos, de localização, corporeidade, saúde, sustentabilidade e sistema monetário, pois deste processo de ensino se dá a

formação e o crescimento como cidadão sabendo exercer os seus direitos e deveres na sociedade não indígena e indígena. (Rio Grande do Sul, 2002).

#### Apresentação das Escolas Indígenas Guarani:

De acordo com o Regimento Coletivo das Escolas Estaduais Indígenas Guarani, construído a partir do Parecer 111/2004- CEED (Rio Grande do Sul, 2004). A Escola Guarani é um espaço para a construção e uma educação que proporciona ao estudante os conhecimentos importantes para a sua vida, buscando o resgate histórico cultural das comunidades, visando a valorização da cultura e das leis internas destas, para garantir ao povo indígena o direito de viver diferente e preservando os costumes.

Para que a escola contribua para a formação de estudantes críticos e se construa uma sociedade mais igualitária, mais humana, é necessário professores com uma formação diferenciada para garantir os direitos conquistados na Constituição Federal (1998).

Para que se efetive o que está prescrito no Regimento é necessário que as decisões sejam tomadas em coletivo, e não impostas, como no período em que a escola era pensada como espaço de dominação da sociedade branca sobre os povos indígenas.

O objetivo da Escola Guarani é garantir a formação básica do cidadão, mediante uma educação diferenciada e de qualidade, construída em conformidade e a partir da realidade local, a fim de que este possa atuar de forma crítica no contexto da sociedade, sendo sujeito criativo, pensante e desinibido.

Os sujeitos formados devem ser capazes de buscar os conhecimentos através de pesquisas e da continuidade de seus estudos em diversos ramos, tais como agricultura, pedagogia, administração, saúde entre outros, orientados conforme as necessidades do povo guarani e organizados de modo que esses saberes retornem na forma de benefícios para suas comunidades, para evitar a perda cultural e linguística.

Neste sentido, se realiza o resgate cultural de identidade étnica e da língua indígena por meio do incentivo às práticas tradicionais, às crenças, aos usos e costumes, as festividades de datas significativas, a língua e as tecnologias indígenas, valorizando e difundindo a cultura guarani.

A metodologia do ensino-aprendizagem na Escola Guarani prioriza o estudante e sua Tekoá (Aldeia), referenciando-se nos valores da cultura guarani. Uma das metodologias de ensino-aprendizagem é a Pesquisa Participante, a qual envolve toda a Tekoá, proporcionando espaço onde todos os da aldeia discutem, refletem e contribuem

com o processo de construção da escola guarani. Ela também possibilita a seleção de temas geradores a partir da realidade da Tekoá; temas que são do conhecimento do estudante e que podem ser explorados interdisciplinarmente nas áreas do conhecimento, pois é por meio destes temas que os professores organizam coletivamente os conteúdos a serem trabalhados nessas áreas, tornando o aprendizado fácil e atraente.

Neste sentido, a construção dos novos conhecimentos acontece de forma interdisciplinar, referenciada nos saberes tradicionais sobre os temas como: educação, saúde, agricultura, esporte, lazer, religião, nutrição, medicina, técnicas de produção de artesanato e outros interesses da comunidade escolar, realizando, desta forma o resgate das raízes culturais guaranis e fixando as diretrizes do ensino intercultural e bilíngue.

A Escola Guarani opta pelo regime escolar, organizado por séries anuais. É constituído por nove séries no Ensino Fundamental, Educação Infantil e EJA atendendo aos estudantes moradores da comunidade. Os temas geradores tornam a aprendizagem significativa para estudantes e professores, não realizando mais a avaliação classificatória, pois esta ocorre no dia-a-dia das atividades.

Os planos de estudos consideram, para sua elaboração, o Projeto Político Pedagógico da Escola e este Regimento, possibilitando as práticas de construção e de resgate dos conhecimentos tradicionais em aula e na Tekoá como um todo, valorizando a cultura e costumes dos antepassados guaranis.

A avaliação é de caráter emancipatório e tem como objetivo respeitar os diferentes ritmos e trajetórias dos estudantes em seus processos de aprendizagem. É feita com profundo conhecimento do aluno, em seu dia-a-dia e em sua família. Também é contínua, diária, com registros escolares que assegurem o trabalho desenvolvido, mantendo o estudante e/ou sua família informada dos procedimentos e do processo avaliativo. (Rio Grande do Sul, 2004).

#### 4 EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA INDÍGENA

As propostas educacionais da Educação Física vêm se transformando ao longo do tempo. Como componente curricular, a Educação Física também vem sofrendo modificações, pois não existe uma única forma de pensar e programar a disciplina na escola. São tantas as transformações e perspectivas para a construção de um currículo que atenda as necessidades da comunidade escolar como também estudos através de novas concepções.

Através da trajetória histórica vemos que quando foi realizada a reforma educacional por Rui Barbosa em 1882, a ginástica passou a ser obrigatória nas escolas e oferecida a ambos os sexos, sendo esta regra obedecida em parte. Só em 1920 os estados começaram a realizar suas reformas educacionais, inclusive a Educação Física com a nomenclatura de ginástica. A Educação Física teve várias concepções e no seu início a sua principal preocupação era com hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento físico e moral a partir do exército, surgindo métodos ginásticos. A Educação Física era considerada uma disciplina essencialmente prática, não necessitando da fundamentação teórica. (Lima; Marques; Simões, 2011).

A partir da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1961), a aula de Educação Física passou a ser denominada “Atividade”, onde os alunos poderiam ser reprovados por faltas e foi exigida a documentação das atividades realizadas. Já, a partir de 1964, o governo investiu no esporte como propaganda política, com a ideia de transparecer um clima de desenvolvimento e prosperidade, assim, a ginástica calistênica foi sendo substituída por práticas esportivas nas aulas de Educação Física. (Lima, C. L.; Marques, R.F.R; Simões, E. C., 2011).

Iniciou-se a transformar este pensamento sobre a Educação Física na década 1980 onde houve mudanças nas concepções. A LDB 9.394/96, no art. 26, §3º coloca a Educação Física como componente curricular obrigatório na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), deixando claro que a Educação Física escolar tem suma importância na formação dos alunos.

Surge então a nova proposta em que a Educação Física passa a ser componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias. Passa-se então a busca pela sua legitimidade, questionando sobre o que, e como fazer, levando a pensar o planejamento como uma ação norteadora do componente curricular, onde os interesses

vão além das práticas e o aluno é visto como um sujeito pensante, participativo e atuante, logo, transformador de sua realidade.

Atualmente, existe na área da Educação Física várias concepções, todas tendo em vista a tentativa de romper o modelo mecanicista, esportista e tradicional. Entre as mais conhecidas e que estão citadas nos PCNs (1998) estão: humanista, fenomenológica, psicomotricidade, baseada nos jogos cooperativos, cultural, desenvolvimentista, internacionalista, crítico superadora, crítico emancipatória e saúde renovada.

A concepção que embasa este estudo é a crítico superadora (Soares et.al., 1992), onde o currículo teria a função social sendo desenvolvida através da apropriação do conhecimento científico por parte do aluno, confrontando com o saber que este traz do seu dia-a-dia. Neste enfoque é defendida a integração desde as ciências biológicas até aqueles próprios das ciências sociais, passando pelas questões culturais, buscando evidenciar não somente o caráter prático, mas justamente com este, o caráter histórico e social. Deste modo torna-se imprescindível analisar a origem do conteúdo, o porquê da necessidade de seu conhecimento, tendo sempre presente a realidade material da escola.

Nesta proposta a área do conhecimento de que trata a Educação Física pode ser chamada de cultura corporal, ou seja, diferentes formas de representação do mundo, exteriorizadas pela expressão corporal, constituindo-se nos saberes produzidos historicamente e seriam da responsabilidade da Educação Física, e que a nível escolar apresentam-se a partir de grandes temas como: a dança, o jogo, o esporte, a ginástica, as lutas, entre outros. (Soares et al., 1992).

A produção e a organização do pensamento pedagógico da Educação Física está bastante avançada, muitas publicações permeiam o contexto nacional, dando base e suporte a novos estudos e atualizações pedagógicas, favorecendo a busca da coerência entre o que se pensa estar fazendo e o que realmente se faz.

Entendendo o planejamento como uma ação que faz a diferença na escola, para a elaboração de um currículo que melhor possa atender a realidade escolar devemos pensar em o que ensinar, para quem ensinar e por que ensinar

Para que isso aconteça é muito importante a formação continuada dos professores a fim de atualizar as suas práticas com a teoria estudada.

As novas concepções e correntes pedagógicas trazem uma aproximação maior aos interesses dos alunos, quando se busca uma reflexão sobre o seu cotidiano. O conteúdo de Educação Física deve ser vivenciado e contextualizado a partir da elaboração e

reflexão cada vez mais crítica, respeitando as individualidades e o grupo, havendo uma preocupação com a inclusão de todos os alunos nas aulas, nas diferentes vivências.

A Educação Física é parte integrante do currículo escolar, sendo um direito de todos que pela escola passar. Nem sempre se consegue fazer com que esta disciplina ofereça igualdade de oportunidade a todos, independente de cor, raça, etnia, religião, gênero e idade. O trato com os conteúdos também dependem de um bom planejamento, de modo que o professor utilize a teoria e a prática em suas aulas.

O papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, lutas, atividades rítmicas, conhecimento do corpo e saúde, pois o importante, dentre todos estes conteúdos é que se saiba para que serve e onde se insere, e porque está realizando determinado movimento.

Os conteúdos devem estar relacionados com o plano de atividades podendo servir de base para os alunos compreenderem o mundo ao seu redor no que se referir a cultura de movimento, estando mais preparados para enfrentar a vida social e o exercício da cidadania.

No território brasileiro existem atualmente 225 etnias indígenas, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), apresentando uma grande diversidade cultural (ISA, 2011, p. 7). Compreende-se que cada uma dessas culturas possui uma lógica que rege seu funcionamento e encontra coerência dentro do próprio sistema cultural. São culturas de diferentes povos indígenas, elaboradas em contextos diferenciados, de acordo com sua localização no território brasileiro e seu grau de contato com outras culturas em determinados momentos históricos.

Quando pensamos em Educação Física enquanto cultura corporal, devemos nos questionar sobre o corpo e sobre a cultura. Para Daolio (1995, p. 39) o corpo “é o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca” e por isso pensar a corporalidade traz o entendimento de que as semelhanças ou diferenças físicas são frutos de um conjunto de significados que cada sociedade inscreve no corpo, ao longo do tempo. Na medida em que as diferentes sociedades se expressam por meio dos corpos de seus membros, esses são vistos como uma construção cultural, já que onde se manifestam as regras das relações humanas, pode-se reconhecer uma cultura. Os indivíduos, desde que nascem, apreendem valores, normas e costumes sociais através dos seus corpos, ou seja, um conteúdo cultural é incorporado ao seu conjunto de expressões. Para Daolio (1995),

“o corpo é uma síntese da cultura, porque expressa elementos específicos da sociedade da qual faz parte. O homem, através do seu corpo, vai assimilando e se apropriando dos valores, normas e costumes sociais, num processo de inCORPOração (a palavra é significativa). Mais do que um aprendizado intelectual, o indivíduo adquire um conteúdo cultural, que se instala no seu corpo, no conjunto de suas expressões”. (p.25)

A cultura organiza o meio a partir de regras; no caso do corpo, seu controle torna-se fundamental para o desenvolvimento de padrões culturais específicos. As práticas corporais – jogos e brincadeiras – são entendidas como elementos da cultura corporal de cada etnia indígena, portanto assumem sentidos e significados de acordo com o contexto social no qual são vivenciadas. (Almeida; Almeida; Grandro, 2010).

De acordo com Grandro (2000), no XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em setembro de 1999, em Florianópolis, em que participaram aproximadamente 1.500 congressistas foram apresentados somente três trabalhos relativos à temática da cultura corporal dos povos indígenas, constatou-se a dificuldade dos profissionais de Educação Física em lidar com a questão indígena, tamanha e carência de estudos sobre a cultura do corpo dos povos indígenas no Brasil. De lá para cá a produção sobre esta temática ainda continua muito tímida.

Para a autora, esta carência se expressa na falta de referenciais teórico-metodológicos nos cursos de licenciatura em Educação Física do Brasil para lidar com a cultura etnocêntrica e autoritária presentes nas práticas sociais brasileiras e, portanto, nas práticas corporais.

Podemos constatar, através do estudo dos autores Almeida; Almeida; Grandro (2010) que as escolas estão muito longe de chegar a um currículo bem elaborado, sistematizado e que vá ao encontro das leis que embasam os regimentos das escolas indígenas. A formação de professores de Educação Física também precisa aprofundar os estudos nesta área para produzir referenciais teóricos, pois faltam estrutura e conhecimento de como se trabalhar o resgate cultural e atual nas aulas. Está sendo um grande desafio, pois tem professores indígenas que não sabem como resgatar sua própria cultura devido ao fato de estarem convivendo com não indígenas, e a falta de formação específica da área também provoca acomodações.

Na condição de educadora e pesquisadora com formação inicial em Educação Física, constato que os professores indígenas também têm dificuldades e curiosidade no

que se refere a conteúdos mínimos organizados a serem trabalhados nas aulas de Educação Física, pois percebo as necessidades e curiosidades das crianças em aprenderem jogos e esportes que não conhecem, assim como também observo o prazer que elas têm em jogar futebol, e o amor e respeito que tem pelas suas danças e rituais.

No âmbito da Educação Física, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) (BRASIL, 1998, p.320) indica que, na escola dos não-índios, a Educação Física é a disciplina que introduz e integra o aluno naquilo que os especialistas da área chamam de "cultura corporal de movimento", ou seja, o conjunto de conhecimentos culturalmente produzidos que se referem ao movimento humano. A área da Educação Física trabalha, portanto, com os vários conhecimentos sobre os movimentos do corpo humano, que se acumulam ao longo do tempo e que se transmitem em determinada sociedade. As brincadeiras, os jogos, os esportes, as lutas, as danças e as formas de ginástica fazem parte da chamada "cultura corporal de movimento".

O documento continua explicando que a necessidade de um currículo indígena para esta disciplina perpassa as concepções e as práticas corporais indígenas, e que tal discussão deve caminhar para que a construção deste currículo satisfaça as necessidades dos grupos indígenas brasileiros. Há também a menção à prática corporal indígena a partir de atividades físicas cotidianas, produtivas, rituais ou lúdicas. Destaca também o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao equilíbrio, motricidade, coordenação motora, entre outras, necessárias em decorrência do contato com a natureza e a necessidade de sobrevivência, evidencia também jogos tradicionais, lutas entre outras práticas corporais indígenas.

O RCNEI (1998), apresenta uma proposta pedagógica de ensino-aprendizagem que promove uma educação intercultural e bilíngue onde se possa trabalhar a Educação Física Escolar respeitando seus costumes, interesses, jogos tradicionais, e esportes novos a serem praticados e reconhecidos conforme o interesse.

No Referencial Curricular Lições do Rio Grande (2009), a Área de Linguagens e Códigos destaca que o aluno deverá ter um conhecimento do mundo em que vive e também das diversas culturas e suas especificidades, promovendo experiências e conhecimento das mais variadas formas de manifestação cultural, porém, não tem nada específico e diferenciado para as escolas indígenas, sendo que o Rio Grande do Sul é um estado que tem mais de trinta e três mil índios, segundo o censo de 2010, realizado pelo IBGE. (BRASIL, 2010).



Atualmente, na consulta à proposta regional da BNCC- Consulta Pública do Referencial Curricular Gaúcho, há um espaço onde podem ser inseridas temáticas referentes à educação escolar indígena.

Nas sociedades indígenas, a transmissão de técnicas corporais é necessária para assumir os papéis sociais conquistados; portanto, “reconhece-se a capacidade de a criança aprender a partir dos jogos e brincadeiras” (Almeida; Almeida; Grando, 2010, p. 231). Nesse momento, a criança está se apropriando de sua cultura, construindo sua identificação com seus pares e tornando-se única nesse contexto. Também deve-se salientar que as práticas corporais tradicionais e os rituais realizados nas aldeias, têm um valor simbólico importante e se inscrevem como parte da construção sociocultural.

As práticas corporais estão relacionadas à cosmologia que orienta o modo de vida e a visão de mundo das sociedades indígenas. As práticas corporais se traduzem no cotidiano, por meio de jogos e brincadeiras, podendo consistir na apreensão da realidade, que forma uma identidade fundamentada nos sentidos e significados específicos de cada cultura.

Na constituição dos sentidos e significados culturalmente construídos, as sociedades indígenas podem estar em contato em maior ou menor grau com a sociedade nacional apresentando assim, possibilidades de trocas simbólicas. Assim, entendendo que o corpo é o elemento central nas interações sociais, supõe-se que as relações sociais nestas sociedades estão suscetíveis a alterações, sendo perpassadas por apropriações diferenciadas das práticas corporais. Deste modo, nesse recente contexto global, no momento em que um fenômeno cultural é desencadeado, possibilitando que características da cultura ocidental se espalhem pelo mundo, pode-se ter, ao mesmo tempo, a existência de movimentos étnicos que criem e recriem outras formas de resistência, de modo a construir uma subjetividade distinta.

O contato com outros povos pode promover mudanças mais ou menos bruscas em relação à apropriação das práticas corporais, bem como no que se refere à educação dos corpos dos indígenas, ao passo em que ocorrem interações interétnicas.<sup>2</sup>

Neste âmbito, pode-se citar a ressignificação de algumas práticas que como o arco e flecha podem ser redimensionados e passar a ter outro sentido. Durante muito tempo o

---

<sup>2</sup> Interações Interétnicas: contato interétnico, entendendo-se como tal as relações que têm lugar entre indivíduos e grupos de diferentes procedências “nacionais”, “raciais” ou “culturais”. (Oliveira, 2003).

uso do arco e flecha tinha como fim a busca de alimentos, através da caça e a proteção das comunidades, sendo usados como armas em lutas com outros povos. Sua apropriação se dá desde o conhecimento dos materiais necessários à sua confecção até às técnicas corporais exigidas para a sua manipulação. Deste modo, esta prática corporal possui um simbolismo particular nas diferentes culturas indígenas.

Porém, quando determinadas práticas corporais são vivenciadas durante os Jogos Indígenas, eventos com influência da esportivização, como aconteceu na IX edição dos Jogos Indígenas, em 2007, em Pernambuco, a prática que envolve o arco e a flecha foi realizada de maneira competitiva e seguiu a lógica do tiro com flecha praticado nos eventos esportivos. Com isso, percebe-se a ressignificação da técnica e do uso dos instrumentos (arco e flecha), proporcionando ao indígena o desenvolvimento de outras atitudes, no momento em que se tem outro sentido e significado, diferente daquele que os indígenas se apropriavam em contextos específicos.

No arremesso de lança a padronização do instrumento se fez necessária para garantir que o vencedor fosse conhecido pelo seu desempenho, isto é, “pela maior distância arremessada”. Portanto, nota-se que a lança – outro artefato das sociedades indígenas que possui relação com o plano simbólico – também sofre um processo de regulamentação, assim como o arco e flecha, com o objetivo de torná-lo uma modalidade esportiva. A padronização do instrumento altera a técnica corporal dos indígenas, pois cada instrumento determina a especificidade da técnica corporal, entendidas como as “maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de forma tradicional sabem servir-se de seu corpo” (Mauss, 2003, p. 401).

As técnicas corporais específicas como o arco e flecha e a lança tiveram seus sentidos alterados durante dos Jogos, proporcionando a competitividade entre os povos indígenas, porém, este fato contribuiu para a constituição de rupturas dos sentidos anteriormente adotados pelas distintas etnias. Toda técnica ou atitude corporal tem sua especificidade, são apreendidas lentamente por meio de práticas culturais lúdicas vivenciadas em cada contexto social e, também pela transmissão oral que é parte da educação própria de cada sociedade. No que se refere às corridas, entre os indígenas no Brasil, estas são praticadas com ou sem instrumentos. Trata-se de um elemento da cultura corporal muito valorizado por esses povos, conforme afirma Rocha Ferreira (2005). Sendo transmitidas dos mais velhos aos mais novos, as corridas transmitem a noção de elo entre os mundos físico e espiritual, posto que fazem parte da cosmologia das

sociedades indígenas. A capacidade por elas exigida, como velocidade e resistência, estão relacionadas com mitos de diversas culturas, nas quais os dons que são recebidos pelas pessoas indígenas constituem sua identidade de acordo com as representações sociais.

Neste sentido, concordamos com Mileski (2013) que afirma que,

“a educação física na escola indígena deve pautar-se por atividades historicamente construídas entre as quais figuram, como elementos da cultura corporal: o jogo, o esporte, a ginástica, a dança ou outras. Deve, também, sistematizar o conhecimento tradicional indígena, aquele que diretamente relacionado ao desenvolvimento das funções superiores das crianças indígenas, que possibilite uma relação com o conhecimento humano universal. A direção do trabalho são as atividades educativas que tenham por finalidade a emancipação indígena, não esquecendo que a escola é apenas um dos espaços que permitem a luta pela emancipação humana”. (p.190).

## **5 CAMINHOS PARA UMA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS INDÍGENAS DE SANTA MARIA-RS**

A partir da experiência da pesquisadora, enquanto docente e gestora nas escolas indígenas das etnias kaingang e guarani do município de Santa Maria/RS, percebeu-se a necessidade de apontar alguns pressupostos para a elaboração de uma proposta curricular para a disciplina de Educação Física, visto que a escola indígena deve ser diferenciada, intercultural e bilíngue e a Educação Física, enquanto componente curricular, também deveria expressar estas características.

No primeiro momento é importante realizar um relato histórico destas comunidades no município de Santa Maria.

Escola Guarani.

A comunidade Guarani Tekoa Guaviraty Porã atualmente possui 23 famílias. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2012, através de sua Coordenadoria Regional de Educação- 8ª CRE, juntamente com a FUNAI e Prefeitura Municipal, com a colaboração da comunidade indígena assentou um prédio escolar em madeira no local e, possibilitou o funcionamento administrativo do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

A Escola foi criada em 2012. No ano de 2015 o prédio onde funciona a escola foi cedido pelo governo estadual, em boas condições de uso. Atualmente, 45 crianças e adolescentes estão frequentando a educação infantil e ensino fundamental regular de nove anos e 18 jovens e adultos estão frequentando a EJA nas totalidades T1e T2.

A situação legal da Escola tem firmado sua criação e denominação no Decreto de Criação Nº 49.987 de 26/12/2012. O nome da escola foi escolhido em homenagem ao Sr. Yvyra' Ijá Tenonde Vera Miri, líder espiritual nesta comunidade (já falecido) responsável pela revitalização das crenças culturais e espirituais.

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Yvyra' Ijá Tenonde Vera Miri, tem suas atividades dentro da aldeia localizada na Avenida Pedro Cezar Saccol, 900 – Distrito Industrial no município de Santa Maria sob a jurisdição da 8ª CRE. Ressalta-se que a escola tem sede em uma zona de extremo difícil acesso, com estrada de chão, 6 km de distância da via mais próxima.

A escola atende alunos da própria comunidade e recebe alunos vindos de outras aldeias Guaranis.

A escola está organizada através de um corpo administrativo e docente. Os professores indígenas e não indígenas são contratados ou nomeados pela 8ª CRE. Este estabelecimento de ensino atende essencialmente alunos desta comunidade.

A comunidade e escola mantém estreita relação com o COMIM- Conselho Missionário Indigenista; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria; FUNAI; SESAI – Secretaria de Saúde Indígena; EMATER e Projeto Esperança e Cooesperança da Arquidiocese de Santa Maria.

O PPP abre parcerias envolvendo entidades, funcionários e voluntários que auxiliam na execução do fazer pedagógico dentro da filosofia da educação indígena.

De acordo com o PPP, a escola enquanto agente educacional promove a interação permanente entre Conselho Escolar, equipe do Sistema de Avaliação Participativo, Lideranças Comunitárias e o aconselhamento dos mais velhos (sábios). Desta forma, concebe-se a Escola Indígena com uma postura aberta, democrática e atenta aos processos que se relacionam ao lugar e ao desenvolvimento sustentável, de maneira a valorizar os saberes locais e os novos conhecimentos. A escola é tratada pela comunidade indígena como ponto de referência para o estudo da língua e as relações sociais da cultura indígena, bem como está convicta do processo de inserção dos alunos na sociedade, com competências para realizar suas escolhas e seus sonhos, buscando sempre a revitalização e cultuando os costumes e crenças da comunidade Guarani.

Escola Kaingang.

Atualmente, na comunidade Indígena Três Soitas- Santa Maria há um total de 20 famílias na Aldeia e 35 alunos frequentando a Escola. Segundo relato de Natanael Claudino, cacique da Aldeia, seu grupo é oriundo da Missão Indígena de Redentora.

É comum a escola receber alunos de outras escolas indígenas do estado para frequentar as aulas, estes vêm acompanhar os pais na venda de artesanato. A comunidade fala a língua Kaingang e conserva consigo relações de grupos familiares muito acentuadas.

Sua principal atividade econômica é a produção de artesanato que é vendido nas feiras locais e em municípios vizinhos. A taquara, planta de referência na vida deste povo, está ligada ao artesanato e outras utilidades domésticas.

O histórico da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental. Augusto Ope da Silva iniciou-se em 2012, através das lideranças indígenas, com o apoio do Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (GAPIN) com um debate com o Ministério Público Federal e

a 8ª CRE, surgindo, naquela ocasião, a possibilidade de criação de uma escola na Aldeia Indígena, acompanhando a Constituição Federal de 1988 que dita as diretrizes sobre a necessidade da existência de escolas dentro das Aldeias Indígenas para acompanhar as especificidades da cultura deste povo.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2012, através da 8ª CRE, juntamente com a FUNAI e a colaboração da comunidade indígena assentou um prédio escolar em madeira no local e possibilitou o funcionamento administrativo da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, cuja autorização de funcionamento foi solicitada ao Conselho Estadual de Educação em 2016.

O nome da Escola “Augusto Ope da Silva” homenageia uma liderança indígena Kaingang (já falecida), que nasceu em Iraí, muito atuante nas lutas em prol dos direitos dos povos indígenas, principalmente nas questões ligadas ao direito à terra e à educação.

Assim como a luta pela terra está aliada ao processo de afirmação étnica, o direito à educação escolar diferenciada não se refere somente ao direito à escola, mas ao reconhecimento de processos próprios de aprendizagem, isto é, cada povo tem direito a sua própria forma de aprender e ensinar na sua cultura. Neste sentido é importante que cada componente curricular possa contribuir para a compreensão do mundo e da realidade, a partir da sua especificidade.

Respeitando a diversidade e multiplicidade das culturas indígenas, tal como estão garantidos nos princípios legais do direito à cidadania e à diferença, traduzindo uma proposta pedagógica de ensino-aprendizagem que promova uma educação intercultural e bilíngue, este estudo quer contribuir para que a disciplina de Educação Física também busque este objetivo.

Com o apoio das lideranças indígenas, professores indígenas e não indígenas é importante organizar um programa com conteúdos que possam servir de subsídio e orientação para qualquer professor que atuar nas escolas indígenas.

Baseado nos encontros de formação continuada do Núcleo de Estudos da Educação Indígena da SEDUC/RS, a metodologia de ensino-aprendizagem nas escolas indígenas deve priorizar o estudante e sua comunidade. Os professores e estudantes devem buscar juntos os conhecimentos da realidade da comunidade, onde se inserem os conhecimentos tradicionais, através da pesquisa participante e dos temas geradores. Os temas geradores podem ser explorados interdisciplinarmente nas áreas do conhecimento. Deve-se aproveitar a tradição oral das comunidades, valorizando o saber dos mais velhos

e incentivando que eles participem da escola relatando as histórias de seus antepassados, preservando a cultura indígena.

A metodologia de ensino consiste no planejamento de várias formas de atividades de exploração e manipulação de maneira estimulante e desafiadora. A ação dialética se dá por meio de práticas pedagógicas que permitem a articulação e o estudo de temas pertinentes à vida do aluno. Por isso, leva em consideração o conhecimento da realidade do educando, suas vivências e aspirações, o nível de percepção dos mesmos, sua visão do mundo, filosofia e os objetivos da escola.

Na prática diária deve prevalecer o diálogo, a problematização, o trabalho em equipes, a pesquisa, a troca e a partilha de conhecimentos, a observação, o registro, a reflexão, a descrição, a análise das mais variadas formas, experimentos e outros.

Através do referencial teórico estudado, da análise documental dos PPPs, da experiência e inserção nas aulas de educação física nas escolas indígenas e da participação no Núcleo de Estudos da Educação Indígena da SEDUC/RS, procurou-se realizar uma síntese que expressasse as possibilidades de revitalização da cultura indígena, através da Educação Física Escolar. Para isso buscou-se uma aproximação da proposta da Educação Física Superadora, onde o conceito de Educação Física consiste em um componente curricular responsável pelo tratamento pedagógico das práticas da cultura corporal, necessário para que o aluno consiga apreender e compreender a totalidade e complexidade do mundo ao seu redor. De forma que permite ao aluno intervir de maneira crítica, autônoma e criativa neste e em outras dimensões da realidade social, modificando-a, quando necessário. Os conteúdos da cultura corporal devem estar relacionados com a realidade social, tendo o professor o papel de orientar para uma nova leitura da realidade, onde o aluno, de forma crítica, pode constatar, interpretar, compreender e explicar a mesma.

Outro aspecto considerado para embasar este estudo na concepção apresentada por Soares et al. (1992), foi o fato dos autores proporem que os conteúdos sejam trabalhados de forma sequencial, simultânea e espiralada seguindo as fases de organização do pensamento. Os autores apresentam os seguintes ciclos de escolarização: Ciclo da Educação Infantil e ciclo de organização da identificação da realidade (1º à 3º séries); - Ciclo de iniciação ao conhecimento sistematizado (4º à 6º séries); - Ciclo de ampliação do conhecimento sistematizado (7º e 8º séries). Deste modo, já que a organização dos tempos e espaços nas escolas indígenas onde efetuamos este estudo se

organizam de forma multisseriada, apresentamos uma proposta curricular conforme a organização das turmas. Sendo assim, adequamos os Ciclos na atual denominação da escolarização de nove anos que utiliza a nomenclatura em anos, no caso 1º ao 9º anos. Abaixo segue a nossa adequação.

- Ciclo da Educação Infantil- Anterior ao 1º Ano;
- Ciclo de Organização da Identificação da Realidade- 1º ao 3º Ano;
- Ciclo de Iniciação ao Conhecimento Sistematizado- 4º ao 6º Ano;
- Ciclo de Ampliação do Conhecimento Sistematizado- 7º ao 9º Ano.

A partir deste referencial teórico apresentamos os seguintes apontamentos para a elaboração de uma proposta curricular para a educação física escolar:

Considerando que o conhecimento para o indígena se dá de modo interligado e holístico, ou seja, a percepção do mundo é global, é importante no trato com o conhecimento abordá-lo de modo interdisciplinar, sempre relacionando o conteúdo com os saberes indígenas. Neste sentido é importante conhecer a história dos jogos, das danças, das lutas, dos movimentos naturais.

As aulas devem ser planejadas, aproveitando os espaços naturais para o trabalho com o movimento humano, ex: utilizar os troncos, as árvores, os declives do terreno, as superfícies variadas como equipamentos para o desenvolvimento das aulas, num espaço de participação e construção coletiva.

As normas de convivência nas aulas devem ser construídas coletivamente, incorporando princípios essenciais à sua educação, como: cooperação, participação, autonomia, coeducação e convivência.

A avaliação da aprendizagem deve ser de caráter emancipatório, respeitando os diferentes ritmos e trajetórias dos alunos em seus processos de aprendizagem.

### **Ciclo da Educação Infantil – Pré Escola A e Pré Escola B**

#### **Objetivos:**

Através do lúdico, brincadeiras, jogos e exercícios corporais, conhecer as limitações e capacidades do seu corpo, identificando e localizado as partes do corpo em si e em outras pessoas. Desenvolver noções de equilíbrio, espaço, agilidade, lateralidade e direção. (Tani, 1988).





### Movimentos Naturais

Participar de atividades como correr, saltar, pular, equilibrar e outros movimentos naturais de forma livre e também dirigida, desenvolvendo atenção, confiança, autonomia e autoestima.



Lateralidade



Conhecimento do Corpo



Equilíbrio

## Ciclo de Organização da Identificação da Realidade- 1º ao 3º Ano

### Objetivo:

Vivenciar diversas manifestações lúdicas, centradas no prazer como integrante da cultura motora, contribuindo para a continuação do processo de construção da motricidade infantil, respeitando sua cultura de origem e seus valores, os quais servirão de base para todo processo educacional.

### Habilidades Motoras Básicas

- Desenvolver e aperfeiçoar as habilidades motoras de locomoção, não locomoção e manipulativas em diferentes ambientes e superfícies. Movimentos naturais: andar, correr, escorregar, girar, rolar, rastejar, saltar, escalar, esquivar, deslizar, um apoio, três apoios, quatro apoios, rolar para frente, para trás e de lado, sentar, levantar, puxar, empurrar, sustentar, balançar, abdução e adução, flexão e extensão dos segmentos corporais. Oscilar, pender e balançar o corpo de um lado para o outro com apoio das mãos ou dos pés; deitado, sentado ou ajoelhado.

- Desenvolver e aperfeiçoar as habilidades manipulativas: pegar, receber, apertar, amassar, rasgar, soltar, lançar, arremessar, quicar, golpear, conduzir, transportar e chutar em diferentes velocidades, direções, trajetórias e intensidades; diferentes tamanhos, espessuras e forma dos objetos.

- Desenvolver a lateralidade corporal; equilíbrio estático, dinâmico e recuperado; coordenação fina, coordenação ampla.

- Desenvolver a orientação espacial e esquema corporal. (Tani,1988).



Subir em Árvores



Atividades de Coordenação Motora



## Brincadeiras e jogos da cultura indígena e regional

Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura indígena e popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais.



Jogo de Bolita



Ovo Choco



Amarelinha



Cinco Marias

Conhecer a história das brincadeiras e jogos da cultura indígena.

Jogos de tabuleiro: Jogo do milho; Jogo do Tigre.

Armadilhas; Bodoque.

Ex: Realizar uma pesquisa com os mais velhos a respeito das brincadeiras vivenciadas em sua infância: cinco marias, bolita, futebol, jogo do taco, carrinho de madeira, cabo de guerra, balanço de corda nas árvores, subir e descer de árvores,

arremesso de pedra, arco e flecha. Confeccionar o material utilizado como peteca, lanças e arco e flecha.

Participar de atividades culturais e esportivas com outras comunidades indígenas, lembrando suas datas significativas.



Jogo do Milho



Jogo do Tigre

### **Dança**

Experimentar e fruir diferentes danças do contexto comunitário e regional (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas), e recriá-las, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.

Identificar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças do contexto comunitário e regional, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas.

Conhecer o significado das danças indígenas.

### **Ciclo de Iniciação ao Conhecimento Sistematizado- 4º ao 6º Ano**

#### **Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo**

Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio cultural.



Dança das Cadeiras



Pular Corda

### **Esportes Coletivos (futebol, vôlei)**

Experimentar e vivenciar os esportes coletivos, identificando os elementos comuns a esses esportes.

Discutir a importância da observação das normas e das regras dos esportes garantindo a integridade própria e as dos demais participantes, considerando sempre a integração como elemento mais importante.

Conhecer a história do jogo da peteca na cultura indígena e a sua evolução como esporte moderno.



Futebol



Voleibol

### **Atletismo**

Corridas, saltos e arremessos. Compreender e contextualizar como e com quais sentidos e significados os movimentos de correr, saltar e arremessar eram realizados na cultura indígena e conhecer a história de cada uma destas práticas esportivas, dentro do Atletismo.



Identificar as diferentes práticas corporais na cultura indígena, utilizadas como desafios de resistência, velocidade, força e relacioná-las às diferentes provas do atletismo. Ex: Lançamento de Lança e o Lançamento de Dardo, Corrida da Tora e o Revezamento, Corridas de Velocidade.



Corridas

### Arco e Flecha



## Peteca



## Ginástica Geral

Experimentar e fruir, de forma coletiva, combinações de diferentes elementos da ginástica geral (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais), sugerindo coreografias baseadas em diferentes temas do cotidiano.



Ginástica

## Danças e Expressão Corporal

Experimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem.





Dança Kaingang



Dança Festa Junina



Expressão Corporal

### **Ciclo de Ampliação do Conhecimento Sistematizado- 7º ao 9º Ano**

Neste ciclo pretendem-se aprofundar os aspectos históricos e as vivências corporais não indígenas, no caso dos esportes coletivos e das ginásticas e os aspectos históricos e as vivências corporais indígenas, através dos conteúdos de dança, práticas na natureza e lutas corporais. Com isso, pretende-se aprofundar os conhecimentos tradicionais da cultura indígena, bem como abordar as manifestações culturais da Educação Física não indígena.

#### **Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo**

Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural.





Corrida do Ovo



Corrida do Saco



Cabo de Guerra



Jogo de Peteca



Bocha Campeira



Jogo do Taco

### Esportes Coletivos (futebol, vôlei, handebol, basquetebol)

Experimentar e vivenciar os esportes coletivos, identificando os elementos comuns a esses esportes.

Discutir a importância da observação das normas e das regras dos esportes garantindo a integridade própria e dos demais participantes.



Jogos de Integração entre as Aldeias

### Atletismo

Corridas, saltos e arremessos.



Lançamento de Lança



Corridas



## Arco e Flecha

### Peteca



Confecção de Peteca

Jogo de Peteca

### Ginástica

Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática.



Ginástica

### Dança

Experimentar, fruir e recriar danças urbanas, identificando seus elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos). Pesquisar formas de corporeidade presentes na cultura dos rituais, traduzindo estes conhecimentos em atividades diversificadas.



Dança Kaingang



Dança Guarani

### **Esportes Coletivos (futebol, vôlei, handebol, basquetebol)**

Identificar os elementos técnicos ou técnico-táticos individuais, combinações táticas, sistemas de jogo e regras das modalidades esportivas praticadas, bem como diferenciar as modalidades esportivas com base nos critérios da lógica interna das categorias de esporte.

Identificar os elementos técnicos ou técnico-táticos individuais, combinações táticas, sistemas de jogo e regras das modalidades esportivas praticadas, bem como diferenciar as modalidades esportivas.

Identificar as transformações históricas do fenômeno esportivo e discutir alguns de seus problemas (*doping*, corrupção, violência etc.) e a forma como as mídias os apresentam.

Verificar locais disponíveis na comunidade para a prática de esportes e das demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre.



Basquete

### **Ginástica**

Identificar as diferenças e semelhanças entre a ginástica de conscientização corporal e as de condicionamento físico e discutir como a prática de cada uma dessas manifestações pode contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde, bem-estar e cuidado consigo mesmo.

### **Danças Indígenas**

Conhecer o significado das diferentes marcas corporais (pintura na pele) e seus significados.

Confeccionar os chocalhos, cocares, vestimentas e lanças utilizados nas danças.



Grafismo

### **Práticas corporais de aventura na natureza**

Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental.

Ex: Trilha ecológica (caminhada e pesquisa sobre as ervas medicinais e fontes de água).





Banho na Sanga



Trilha Ecológica

### **Lutas Corporais**

São realizadas dentro de um círculo consistem em um enfrentamento corpo a corpo e tem como objetivo derrubar o adversário ou tirá-lo do círculo. (Ribas, 2013).



Lutas

### **Xadrez**



Jogo de Xadrez

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido visando sugerir alguns apontamentos para a elaboração de pressupostos para a Educação Física nas escolas indígenas do município de Santa Maria/RS. Buscamos, através de referenciais teóricos, análise documental e observação e inserção nas práticas realizar uma síntese que expressasse as possibilidades que o componente de Educação Física tem para oferecer no processo de revitalização da cultura indígena, dentro da escola.

A partir dos objetivos traçados neste estudo, fizemos um resgate da base legal que rege e orienta as políticas públicas da educação indígena, a fim de orientar e respaldar o presente estudo. Neste quesito, apesar de alguns aspectos que se referem aos direitos da educação dos povos indígenas estarem garantidos na lei, ainda estão muito aquém do que se consideraria ideal na realidade vigente, em termos de financiamento, estrutura e formação de professores, por exemplo. Porém consideramos que é possível avançar nas propostas pedagógicas para que se efetive uma educação intercultural e bilíngue.

Identificamos os jogos tradicionais indígenas guaranis e kaingang do Rio Grande do Sul, o que foi realizado através da revisão bibliográfica e vivência da pesquisadora, os quais foram incluídos neste estudo.

Em seguida, buscamos traçar alguns apontamentos que venham a contribuir para a construção de uma proposta pedagógica para a Educação Física escolar indígena.

Para isto, em primeiro lugar, constatamos a importância de valorizar o modo indígena de apreensão do conhecimento, que se dá de modo interligado e holístico, o trabalho coletivo que se sobrepõe ao individual, as práticas corporais tradicionais, procurando explorar ao máximo o contato com a natureza nas diferentes vivências.

A metodologia de trabalho deve ser interdisciplinar, pois os indígenas enxergam o objeto do conhecimento como um todo e não fracionado. Como se constata em todos os momentos de encontro entre os indígenas, a sua cultura revela que o importante é *o momento presente, o estar junto, estar com*, o prazer pelo brincar é superior e prevalece sobre a competitividade, sobre o ganhar e o perder. Concluímos que este é um valor que a Educação Física deve fortalecer, não deixando que a competitividade se sobreponha nas práticas esportivas, por exemplo.

Outro pressuposto importante na proposta curricular para a Educação Física é sempre resgatar os saberes tradicionais no que se refere à cultura corporal indígena e



oportunizar os conhecimentos científicos sistematizados pela humanidade, de modo a oferecer uma pedagogia diferenciada, que respeite a diversidade e possibilite a interculturalidade na escola e na sociedade, fazendo com que o educando seja o protagonista do processo de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.J.M., ALMEIDA, D. M.F. e GRANDRO, B.S. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, dez. 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física**, Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC-SEF e Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, 1993. Ministério da Educação. Referenciais para formação de professores indígenas. Brasília: MEC, 2002, mimeo.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB 07/2010, de 07 de abril de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, 2004.
- BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em : 10 jan 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 5/ 2012, de 22 de junho de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <[568http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2018.
- DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas : Papyrus, 1995.
- \_\_\_\_\_. Os significados do corpo na cultura e suas implicações para a Educação Física. **Revista Movimento**. Ano 2. nº 2. jun. 1995.
- GONZAGA, A. M. A Pesquisa em Educação: Um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: Pimenta, S.G; Gheidi, E; Franco, M.A.S. **Pesquisa em Educação, alternativas investigativas com objetivos complexos**. São Paulo, Ed. Loyola, 3 ed. 2015, p. 65-91.

- GRANDO, B. S. Movimentos Indígenas do Brasil: a cultura autoritária e preconceituosa e a educação física. **Motrivivência**. Ano XI. nº 14. mai. 2000.
- ISA. **Povos Indígenas no Brasil 2006/2010**. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2011.
- MILESKY, K. G. A Educação Física na Escola Indígena: A Cidadania e a emancipação indígena em questão. **Dissertação de Mestrado**. UEM. Maringá, 2013.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac, 2003.
- LIMA, C. P.; MARQUES, R.F.R.; SIMÕES, E. C. Investigação sobre a percepção de alunos do Ensino Médio sobre a Educação Física escolar em escola pública estadual na cidade de Atibaia, SP: perspectiva sobre aplicação da Proposta Curricular da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. In: **EFDeportes.com**. Revista Digital. Buenos Aires – Ano 16. n. 158. Jul. 2011. <http://www.efdeportes.com>.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVIERA, R. C. Identidade, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**. 6, n. 2, jul/dez. 2003, p. 117-131.
- RIBAS, Magno João Francisco. **Jogo tradicional e cultura**. Santa Maria : Editora UFSM, 2013.
- RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 388/2002. Estabelece normas para o funcionamento de escolas indígenas no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2002.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. **Escolas Estaduais Indígenas Guaranis Regimento Coletivo**. Secretaria Estadual de Educação. Departamento Pedagógico. Educação Indígena. Nov. 2002.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Educação. **Regimento Coletivo das Escolas Estaduais Indígenas Kaingang**. Secretaria Estadual de Educação. Departamento Pedagógico. Educação Indígena. Dez. 2002.
- RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 111/2004. Estabelece normas para o funcionamento de escolas indígenas no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2004.
- RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Educação. **Referencial Curricular. Lições do Rio Grande**. Linguagens Códigos e suas Tecnologias, Língua Portuguesa e Literatura, Língua Estrangeira Moderna. v. I. 2009
- ROCHA FERREIRA, M. B. Cultura corporal: jogos tradicionais e esporte em terras indígenas In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**, Ponta Grossa. v. 1, p. 1-7, 2002. VINHA, M. & ROCHA

FERREIRA, M. B. “Evento Nacional: jogos dos povos indígenas, jogos tradicionais e processo de esportivização” In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: história e paz . CD Room. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

SOARES, C. L; CASTELANI FILHO, L.; BRACH, V; ORTEGA, M; TAFFAREL, L; VARJAL, E. **Metodologia de Ensino da Educação Física**. São Paulo : Cortez, 1992.

TANI, Go. et al. **Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo. EDU/EDUSP, 1988.

TERENA, Lucio. **A Visão dos Povos Indígenas**. In: Genoma Humano: Aspectos Éticos, Jurídicos e Científicos da Pesquisa Genética no Contexto Amazônico. Centro Universitário do Pará – CESUPA, Belém-PA. 19 e 20 mai. 2005.